

Sumário

Capítulo I ► LIÇÕES PRELIMINARES	23
1. Introdução.....	23
2. Proteção integral e absoluta prioridade.....	24
3. Crianças e adolescentes são sujeitos de direito	27
4. Conceito de criança e de adolescente.....	28
5. Aplicação do Estatuto a quem já completou a maioridade	29
6. Interpretação do Estatuto.....	29
7. Competência legislativa	30
Capítulo II ► DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	31
1. Dignidade da pessoa humana	31
2. Direito à vida e à saúde	32
2.1. Luto Materno e Parental – Lei n. 15.139/2025.....	38
2.2. Substituição da prisão preventiva pela domiciliar.....	39
3. Identificação adequada	41
4. Programa nacional de triagem neonatal.....	42
5. Maus-tratos, castigo físico e tratamento cruel ou degradante – comunicação ao conselho tutelar	43
6. Preocupação com entrega da criança à adoção.....	44
7. Direito à liberdade, ao respeito e à dignidade.....	45
8. Direito À educação sem castigo físico, tratamento cruel ou degradante	49
9. Marco legal da primeira infância	50
10. Depoimento sem dano.....	54
11. Prevenção e enfrentamento à violência doméstica e familiar.....	59
11.1. Caracterização da violência doméstica e familiar.....	60
11.2. Atendimento	63
11.3. Procedimentos.....	64
11.4. Crimes.....	66
12. Política Nacional de Prevenção e Combate ao Abuso e Exploração Sexual	66
13. Proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais.....	69
Capítulo III ► DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR.....	71
1. Introdução.....	71
2. Convivência familiar.....	71
3. Permanência fora do convívio familiar – limites.....	74

4. Entrega do filho para adoção.....	75
5. Apadrinhamento	79
6. Igualdade de direitos entre os filhos.....	80
7. Poder familiar	81
7.1. Repercussões jurídicas do abandono afetivo – da jurisprudência do STJ à positivação jurídica	84
7.2. Alienação parental	86
7.3. Parentalidade Positiva.....	87
7.4. Direito de visita parental transfronteiriço.....	87
8. Carência de recursos materiais.....	88
9. Condenação criminal	89
10. Processo judicial contraditório para perda ou suspensão do poder fami- liar	90
11. Família natural	91
12. Reconhecimento de filho e de estado de filiação	93

Capítulo IV ► FAMÍLIA SUBSTITUTA..... 95

1. Introdução	95
2. Diretrizes gerais sobre a colocação em família substituta	95
2.1. Oitiva da criança e do adolescente	95
2.2. Preferência por família substituta com relação de parentesco	96
2.3. Grupos de irmãos.....	97
2.4. Criança ou adolescente indígena ou de origem quilombola	97
2.5. Incompatibilidade e ambiente inadequado	98
2.6. Impossibilidade de transferência para terceiros.....	98
2.7. Família substituta estrangeira	98
3. Guarda.....	99
3.1. Classificação.....	101
3.2. Direito de visitação dos pais	102
3.3. Guarda e dependência econômica	103
3.4. Guarda e benefícios previdenciários.....	103
4. Tutela.....	104
5. Adoção	106
5.1. Classificação.....	109
5.1.1. Adoção conjunta	109
5.1.2. Adoção unilateral	110
5.1.3. Adoção póstuma.....	111
5.1.4. Adoção <i>intuitu personae</i>	113
5.1.5. Adoção internacional.....	115
5.1.6. Adoção à brasileira	115

5.2. Principais características	116
5.2.1. Excepcionalidade da medida	116
5.2.2. Vínculos decorrentes da adoção	116
5.2.3. Natureza jurídica	117
5.2.4. Idades do adotante e do adotando	117
5.2.5. Judicialização da adoção.....	118
5.2.6. Prioridade de tramitação dos processos de adoção.....	118
5.2.7. Prevalência dos interesses do adotando	118
5.2.8. Prazo de conclusão do processo de adoção	118
5.3. Vedações	119
5.3.1. Vedação à adoção por procuração	119
5.3.2. Vedação à adoção por ascendentes e irmãos.....	119
5.3.3. Vedação à adoção decorrente de tutela ou curatela	120
5.4. Peculiaridades	121
5.4.1. Adoção por casal homoafetivo	121
5.4.2. Adoção do nascituro	122
5.4.3. Dupla paternidade x adoção unilateral.....	123
5.4.4. Multiparenalidade e efeitos sucessórios.....	123
5.5. Requisitos	125
5.5.1. Consentimento dos pais e do adolescente	125
5.5.2. Estágio de convivência	125
5.6. Cadastros.....	126
5.6.1. Hipóteses de adoção fora do cadastro de postulantes.....	129
5.7. Adoção internacional.....	130
5.7.1. Conceito de adoção internacional	131
5.7.2. Requisitos para concessão da adoção internacional.....	133
5.7.3. Habilitação para adoção internacional.....	134
5.7.4. Organismos internacionais de adoção.....	134
5.7.5. Adoção realizada no exterior	137
5.8. Efeitos da adoção.....	139
5.9. Direito de conhecer a origem biológica	140
6. Quadro comparativo entre guarda, tutela e adoção.....	141
Capítulo V ► EDUCAÇÃO	143
1. Introdução.....	143
2. Garantias do direito à educação	143
3. Deveres do poder público quanto ao direito à educação	144
4. Peculiaridades e interpretações jurisprudenciais sobre o direito à educação.....	148
4.1. Ensino domiciliar (homeschooling)	148
4.2. Princípio da reserva do possível	149

4.3. Escola em período integral	150
4.4. Uso de linguagem neutra em escola – competência legislativa	151
5. Comunicação ao Conselho Tutelar	152
6. Exigência de certidão de antecedentes criminais para trabalho com crianças e adolescentes	153
Capítulo VI ► PROFISSIONALIZAÇÃO E PROTEÇÃO AO TRABALHO	155
1. Introdução	155
2. Idade mínima para trabalho	155
3. Proteção ao trabalho do adolescente	156
Capítulo VII ► PREVENÇÃO	161
1. Introdução	161
2. Prevenção referente à informação, cultura, lazer, esportes, diversões e espetáculos	163
2.1. Classificação indicativa – inconstitucionalidade declarada pelo STF	165
3. Prevenção à venda de produtos e serviços	165
4. Autorização para viajar	168
4.1. Viagem ao exterior	169
4.2. Autorização para viagem ao exterior e Resolução nº 131/2011 do CNJ	169
Capítulo VIII ► POLÍTICA DE ATENDIMENTO	173
1. Introdução	173
2. Histórico sobre a política de atendimento	173
3. Política de atendimento atual	174
3.1. Linhas de ação e diretrizes	175
3.2. Conselhos de Direitos	179
4. Entidades de atendimento	180
4.1. Registro das entidades junto ao Conselho Municipal	182
4.2. Entidades voltadas ao acolhimento institucional e familiar	183
4.2.1. Princípios das entidades de acolhimento	183
4.2.2. Fiscalização das entidades de acolhimento: audiências concentradas	186
4.2.3. Dirigente da entidade: guardião	186
4.3. Entidades voltadas à internação	186
5. Fiscalização das entidades	187
Capítulo IX ► MEDIDAS DE PROTEÇÃO	189
1. Introdução	189
2. Situação de risco	189
3. Agentes	190

4. Rol de princípios.....	190
5. Medidas específicas de proteção.....	193
6. Acolhimento.....	194
6.1. Características	194
6.2. Guia de acolhimento	195
6.3. Plano individual de atendimento.....	196
6.4. Cadastro de crianças e adolescentes em programas de acolhimento.....	197
7. Proteção à vítima de abuso sexual	198
8. Regularização do registro	198
9. Situação de risco e fixação de competência.....	200
10. Medida de proteção X Medida socioeducativa	201
Capítulo X ► PRÁTICA DE ATO INFRACIONAL: DIREITOS E GARANTIAS	203
1. Introdução.....	203
2. Conceito de crime	203
3. Tempo do ato infracional/crime	204
4. Aplicação de medida socioeducativa	204
5. Direitos individuais	206
5.1. Privação de liberdade.....	206
5.2. Identificação dos responsáveis pela apreensão e informação sobre seus direitos	207
5.3. Comunicação à família	207
5.4. Liberação imediata.....	208
5.5. Prazo de internação provisória	208
5.5.1. Prazo de internação provisória e a pandemia de coronavírus.....	209
5.6. Identificação compulsória	211
5.7. Não ser conduzido em compartimento fechado de veículo policial	211
5.8. Vedação de cumprimento da internação em estabelecimento prisional.....	211
6. Garantias processuais.....	211
Capítulo XI ► MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS.....	215
1. Introdução.....	215
2. Rol de medidas socioeducativas	215
3. Objetivos.....	216
4. Principais características	216
4.1. Requisitos para escolha da medida socioeducativa	216
4.2. Vedação de trabalhos forçados.....	217
4.3. Tratamento diferenciado para os portadores de deficiência mental	217
4.4. Cumulação e substituição de medidas	217
4.5. Comprovação de autoria e materialidade da infração	218

4.6. Idade máxima para cumprimento de medidas socioeducativas	219
4.7. Prescrição de medidas socioeducativas	219
4.8. Princípio da insignificância	221
5. Advertência	222
6. Obrigação de reparar o dano	222
7. Prestação de serviços à comunidade	223
8. Liberdade assistida	224
9. Semiliberdade	225
10. Internação	225
10.1. Princípios pertinentes à internação	226
10.2. Realização de atividades externas	228
10.3. Prazo de cumprimento da medida	228
10.4. Sistemática de aplicação da medida de internação	233
10.4.1. Ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa	234
10.4.2. Reiteração no cometimento de outras infrações graves	236
10.4.3. Descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta – regressão	237
10.5. Característica do período de cumprimento da internação	238
Capítulo XII ► REMISSÃO	241
1. Introdução	241
2. Momento para concessão da remissão	241
3. Características	242
Capítulo XIII ► MEDIDAS PERTINENTES AOS PAIS E RESPONSÁVEIS	247
1. Introdução	247
2. Medidas	247
Capítulo XIV ► CONSELHO TUTELAR	251
1. Introdução	251
2. Características	251
3. Composição e características dos integrantes	252
4. Atribuições	255
Capítulo XV ► JUSTIÇA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE	259
1. Introdução	259
2. Aspectos gerais do acesso à Justiça	259
2.1. Acesso à Justiça e direito de petição infantojuvenil	259
2.2. Assistência jurídica gratuita	260
2.3. Gratuidade nos procedimentos da Justiça da Infância e da Juventude	261

2.4. Capacidade civil, capacidade processual e curadoria especial	261
2.5. Divulgação de atos referentes a crianças e adolescentes.....	264
3. Justiça da Infância e da Juventude	265
4. Competência	265
4.1. Competência territorial	266
4.2. Competência material	269
4.3. Competência para regular da presença de crianças e adolescentes em eventos	271
4.4. Delegação do cumprimento de medidas.....	273
4.5. Justiça da Infância e da Juventude X Justiça Federal.....	273
4.6. Justiça da Infância e da Juventude X Justiça do Trabalho	274
4.7. Aplicação de infrações administrativas	275
4.8. Ampliação da competência por lei estadual	275
4.9. Justiça da Infância e da Juventude X Lei Maria da Penha	277
5. Serviços auxiliares	278
Capítulo XVI ► PROCEDIMENTOS	279
1. Introdução	279
2. Características gerais.....	280
2.1. Aplicação subsidiária da legislação processual.....	280
2.2. Prioridade na tramitação de processos	280
2.3. Contagem de prazos	281
2.4. Flexibilidade procedimental.....	282
3. Perda ou suspensão do poder familiar	282
3.1. Legitimidade ativa	282
3.2. Petição inicial.....	283
3.3. Concessão de liminar	283
3.4. Citação e defesa.....	284
3.5. Instrução processual	284
3.6. Sentença	288
3.7. Prazo de conclusão do procedimento	289
4. Destituição de tutela	289
5. Colocação em família substituta	289
5.1. Procedimento simplificado de colocação em família substituta	290
5.2. Procedimento litigioso de colocação em família substituta	292
5.3. Cumulação do pedido expresso de destituição do poder familiar para adoção	293
6. Habilitação dos pretendentes à adoção	293
7. Apuração de irregularidades em entidade de atendimento	296

8. Apuração de infração administrativa às normas de proteção à criança e ao adolescente.....	297
9. Infiltração de agentes de polícia para investigação de crimes	298

Capítulo XVII ► APURAÇÃO DE ATO INFRACIONAL..... 303

1. Introdução	303
2. Apreensão e encaminhamento.....	303
3. Providências na autoridade policial em caso de flagrante de ato infracional.....	304
4. Ministério Público.....	304
4.1. Encaminhamento	304
4.2. Formação da convicção do Ministério Público	305
4.3. Possíveis medidas do Ministério Público.....	306
4.3.1. Arquivamento X Remissão	306
4.3.2. Representação para aplicação de medida socioeducativa	308
4.3.3. Prova pré-constituída	308
4.3.4. Representação da vítima para propositura da demanda – desnecessidade	311
5. Prazo de conclusão do procedimento	311
6. Citação e designação de audiência de apresentação	311
6.1. Providências para realização da audiência de apresentação.....	312
6.2. Audiência de apresentação	313
6.3. Defesa prévia	315
6.4. Audiência em continuação	315
7. Sentença.....	317
7.1. Vedação de internação é diferente de absolvição	318
8. Termos jurídicos próprios do Estatuto	319

Capítulo XVIII ► RECURSOS..... 321

1. Introdução	321
2. Preparo	321
3. Prazos.....	322
4. Tramitação prioritária dos recursos.....	324
5. Apelação.....	325
5.1. Juízo de retratação.....	325
5.2. Efeitos	325
5.3. Cabimento contra portarias e alvarás.....	328
5.4. Ampliação do colegiado (CPC, art. 942) e vedação da <i>reformatio in pejus</i>	328

Capítulo XIX ► MINISTÉRIO PÚBLICO, ADVOCACIA E TUTELA DE DIREITOS..... 331

1. Ministério Público.....	331
----------------------------	-----

1.1. Introdução	331
1.2. Rol de atribuições	331
1.3. Atuação do Ministério Público na Justiça da Infância e Juventude	334
1.4. Prerrogativa	334
2. Advocacia	335
3. Tutela de direitos individuais e coletivos	336
3.1. Introdução	336
3.2. Legitimidade	337
3.3. Competência	338
3.4. Litisconsórcio de Ministérios Públicos.....	338
3.5. Amplitude de instrumentos processuais	339
Capítulo XX ► CRIMES E INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS	341
1. Introdução.....	341
2. Leis penais e processuais penais.....	341
3. Ação pública incondicionada	341
4. Prescrição de crimes praticados contra crianças e adolescentes	342
5. Inaplicabilidade de regras mais benéficas ao autor de crimes contra crianças e adolescentes	342
6. Causa de aumento de pena: utilização de ferramenta de ocultação de autoria..	343
7. Proteção da vítima e ressarcimento de despesas com tratamento de saúde	343
8. Reincidência para crimes de abuso de autoridade.....	344
9. Crimes em espécie.....	344
10. Infrações administrativas.....	366
10.1. Prescrição de infrações administrativas.....	367
10.2. Infrações administrativas em espécie	368
Capítulo XXI ► SINASE.....	381
1. Introdução.....	381
2. Objetivos das medidas socioeducativas.....	382
3. Conceitos básicos.....	383
4. Repartição de competências e atribuições.....	383
4.1. União.....	383
4.2. Estados	384
4.3. Municípios.....	386
4.4. Distrito Federal	387
5. Plano de Atendimento Socioeducativo.....	387
5.1. Avaliação do Plano de Atendimento.....	388
6. Programas de atendimento	389
6.1. Inscrição dos programas.....	389

6.2. Programas de meio aberto	390
6.3. Programas de privação de liberdade.....	391
6.4. Responsabilização	393
7. Financiamento	393
8. Execução de medidas socioeducativas	395
8.1. Princípios	395
8.2. Direitos individuais.....	396
8.3. Procedimentos.....	398
8.3.1. Características	398
8.3.2. Plano individual de atendimento.....	399
8.3.3. Reavaliação e substituição da medida ou do plano individual de atendimento	401
8.3.4. Nova imposição de medida no curso da execução.....	405
8.3.5. Direito de visita a adolescente em unidade de internação	410
8.3.6. Extinção da medida socioeducativa.....	410
9. Direito à saúde durante o cumprimento da medida.....	412
9.1. Diretrizes	412
9.2. Ligação do direito à saúde com o SUS.....	412
9.3. Mãe adolescente e o direito à amamentação	413
9.4. Adolescente com transtorno mental e dependência química	413
10. Regime disciplinar.....	414
BIBLIOGRAFIA.....	417